

Nota de apresentação dos textos de Descartes sobre a livre criação das verdades eternas

Marcos André Gleizer
UERJ/CNPq

Em três famosas cartas endereçadas ao Padre Mersenne em 1630, Descartes enunciou pela primeira vez uma de suas mais originais teses metafísicas: a tese segundo a qual as verdades eternas, embora necessárias e imutáveis, foram livremente criadas e instituídas por Deus. Embora essa tese, conhecida como doutrina da livre criação das verdades eternas, jamais tenha recebido um desenvolvimento sistemático por parte de Descartes, ela aparece de forma discreta, mas constante, ao longo de todo o período de sua produção filosófica, cobrindo um arco que vai de 1630 a 1649.

Essa presença discreta, evidentemente, não passou despercebida dos grandes filósofos pós-cartesianos. Como salienta Jean-Luc Marion, essa tese heterodoxa desencadeou “um ataque multiforme, mas convergente, de pensadores posteriores a Descartes e por ele tornados possíveis”, tais como Espinosa, Malebranche e Leibniz.¹ Espinosa, por exemplo, certamente a tem em vista quando afirma em sua *Ética* que aqueles que atribuem a Deus uma vontade absoluta e indiferente a tudo, capaz de fazer “com que da natureza do triângulo não resulte que os seus três ângulos sejam iguais a dois retos”², confundem a potência de Deus com o poder dos

1 Cf. “Création dès vérités éternelles. Principe de raison. Malebranche, Spinoza, Leibniz”; in *Questions Cartésiennes II : Sur l’ego et sur Dieu*, Paris: PUF, 1996, p.184.

2 Cf. EIP17 escólio.

reis³ e, assim, são conduzidos a defender uma tese que não apenas é vã, mas que constitui sobretudo um “grande obstáculo à ciência”.⁴ Leibniz, por sua vez, também a ataca quando afirma que aqueles que “dizem que as verdades eternas da metafísica e da geometria, e por conseguinte também as regras da bondade, da justiça e da perfeição, são apenas os efeitos da vontade de Deus”, concebem Deus como um tirano cujo poder despótico torna totalmente arbitrárias aquelas regras. Com isso, conclui Leibniz, eles destroem sem pensar todo o amor de Deus e toda a sua glória.⁵

A doutrina da livre criação das verdades eternas tampouco passou despercebida por parte dos intérpretes de Descartes, pois a explicitação de seu sentido e alcance exatos suscita grandes dificuldades, bem como sérias dúvidas quanto à sua compatibilidade com outras teses centrais do projeto cartesiano. Essas dificuldades e dúvidas dividem os comentadores de Descartes. Enquanto alguns, por exemplo, consideram a doutrina da livre criação como constituindo a “fundação da metafísica de Descartes” (Alquié), outros julgam que ela apresenta uma concepção incompatível com o projeto cartesiano de fundamentação da ciência (Koyré), ou pelo menos com a maneira como este projeto é tradicionalmente interpretado como pretendendo garantir a correspondência entre o pensamento e a realidade (Frankfurt).⁶ De fato, ao sustentar que as verdades eternas, isto é, as verdades necessárias, são instituídas livremente pela onipotência incompreensível do verdadeiro Deus, Descartes parece lançar um desafio mais radical para a razão humana do que aquele lançado pela hipótese de um Deus enganador. Afinal, esta hipótese não passa para ele de uma opinião preconcebida que se impõe apenas enquanto sua confusão não é dissipada, enquanto a tese da livre criação repousa sobre a mais clara e distinta das ideias, a saber: a ideia de Deus. Ora, como pensar que as necessidades diante das quais o nosso intelecto se inclina têm por origem a gratuidade radical do ato de livre criação? Como fundar o valor objetivo da ciência, entendida como o conhecimento indubitável da essência última das coisas, no conhecimento de um Deus incompreensível e indiferente às exigências da racionalidade

3 Cf. EIIP3 escólio.

4 Cf. EIP33 escólio 2.

5 Cf. *Discurso de Metafísica*, II.

6 Cf., respectivamente, F. Alquié (Ed.), *Descartes: Oeuvres Philosophiques*, vol. I, p. 208 ; A. Koyré, *Essai sur l'idée de Dieu et les preuves de son existence chez Descartes* (Paris, 1922), pp.19-22 e H. Frankfurt, “The creation of the Eternal Truths”; in *The Philosophical Review*, vol. 86, n°1, 1977.

finita? Como pensar a liberdade de indiferença divina sem descrevê-la mediante as noções modais (contingência, necessidade, possibilidade) que ela institui? Enfim, que estatuto ontológico, lógico e epistemológico as verdades necessárias e as noções modais em geral adquirem pelo fato de terem sido livremente criadas?

Não se trata aqui de propor respostas a essas questões.⁷ Ao agrupar e traduzir os textos esparsos de Descartes sobre a livre criação das verdades eternas, nosso intuito foi facilitar o seu acesso por parte dos leitores de língua portuguesa de modo a estimular o desenvolvimento dos estudos cartesianos sobre o tema no Brasil.

Os textos selecionados foram dispostos em ordem cronológica e consistem em extratos contendo apenas as passagens das Cartas e das outras obras que se referem explícita ou implicitamente ao tema da livre criação das verdades eternas. Com exceção das passagens extraídas da *Conversação com Burman* e dos *Princípios da Filosofia*⁸, todas as traduções foram feitas a partir da edição das *Obras Filosóficas* de Descartes realizada por Ferdinand Alquié (doravante citada como FA) e publicada em três tomos pela Éditions Garnier (Paris: 1963-1973). As referências das passagens traduzidas indicam o tomo (em algarismos romanos) e a página (em algarismos arábicos). Acrescentamos também a referência dessas passagens na edição das obras completas de Descartes, realizada por Charles Adam e Paul Tannery (doravante citada como AT) e publicada em 11 volumes (Paris: CERF, 1897-1909; reedição Vrin-CNRS, 1964-1974), indicando igualmente o volume (em algarismos romanos) e a página (em algarismos arábicos).

Embora a *Conversação com Burman* não seja um texto redigido por Descartes nem, até onde se sabe, revisto por ele, o manuscrito encontrado em 1895 e conservado na biblioteca de Göttingen é considerado a cópia de um relato autêntico do encontro ocorrido entre o filósofo e

7 Para uma abordagem nessa direção, nos permitimos remeter o leitor ao nosso texto “Considerações acerca da doutrina cartesiana da livre criação das verdades eternas”, publicado em *Verdade, Conhecimento e Ação: Ensaio em Homenagem a Guido Antônio de Almeida e Raul Landim Filho*, São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 183-198.

8 Para os *Princípios da Filosofia* utilizamos a tradução da versão latina coordenada por Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002 (doravante citada como GA, seguida do número da página), acrescentando a referência das passagens nas edições de Ferdinand Alquié e de Adam-Tannery. Embora existam importantes diferenças entre a versão latina e a tradução francesa dos *Princípios* (feita pelo abade Picot, mas revista e aprovada por Descartes), estas diferenças não dizem respeito às passagens aqui selecionadas.

Burman em 16 de abril de 1648. Como bem mostrou Jean-Marie Beyssade na introdução e no ensaio que acompanham sua edição desse texto, trata-se de uma fonte confiável e extremamente valiosa para os estudiosos do pensamento de Descartes.⁹ Foi essa edição (doravante citada como JMB e acompanhada do número da página) que utilizamos em nossa tradução das duas passagens que remetem ao nosso tema. Também aqui acrescentamos a referência das passagens na edição AT. Beyssade recenseou e numerou em 66 textos todas as passagens das obras de Descartes sobre as quais Burman o questionou. As palavras destacadas em letras maiúsculas nos textos traduzidos são as que Burman submeteu à discussão e que aparecem isoladas por barras verticais no manuscrito latino incluído no volume V da edição AT. Para facilitar a inteligibilidade do texto comentado ou discutido, Beyssade introduz as objeções de Burman por um [O] e as respostas de Descartes por um [R], separando-as em linhas diferentes. Mantivemos em nossa tradução esta decisão editorial.

⁹ *Descartes, L'entretien avec Burman. Suivi d'une étude sur RSP ou Le monogramme de Descartes*; Edition, traduction et annotation par Jean-Marie Beyssade, Paris: PUF, 1981.